

Margem
ESQUERDA
e n s a i o s m a r x i s t a s

10

BOITEMPO
EDITORIAL

Copyright © Boitempo Editorial, 2007
Margem Esquerda – ensaios marxistas nº 10

Editora

Ivana Jinkings

Editor de texto

João Alexandre Peschanski

Assistência

Ana Paula Castellani

Vivian Miwa Matsushita

Editor de imagens

Luiz Renato Martins

Preparação

Leticia Braun

Revisão

Bibiane Leme

Produção

Marcel Iha

Capa

Antonio Kehl e Luiz Renato Martins

sobre fotografia de Carmela Gross: s.t., Moscou, 2007

Fotografias

Carmela Gross

***fotos da montagem Aurora, na II Bienal
de Arte Contemporânea de Moscou, 2007***

Projeto gráfico e editoração

Antonio Kehl

Fotolitos

OESP

Impressão e acabamento

Bartira

ISSN 1678-7684

número 10: novembro de 2007

BOITEMPO EDITORIAL

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Euclides de Andrade, 27 – Perdizes

05030-030 São Paulo – SP

Tel./Fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869

e-mail: editor@boitempoeditorial.com.br

site: www.boitempoeditorial.com.br



Lenin, o imperialismo e os desafios contemporâneos*

VIRGÍNIA FONTES

Nos noventa anos da Revolução Russa, a melhor comemoração é retomar o desafio de Lenin nos primórdios do século XX. O livro de Jack London, *O tacão de ferro*, ambienta-nos na sensibilidade da época¹. Escrito em 1907², descreve processos de cores fortíssimas: o crescimento dos monopólios e a derrocada das práticas concorrenciais, a formação de uma oligarquia plutocrática, a destruição da democracia, substituída por uma fachada, a corrupção sindical pelo grande patronato, a existência de massas crescentes de trabalhadores sem direitos (que o autor denomina “povo do abismo”), a generalização da barbárie, a configuração paramilitar da vida social. O mundo norte-americano retratado por London – viajante experimentado – era a ponta da expansão capitalista. A fome de remuneração imposta pelo

* Este trabalho, elaborado em agosto de 2007, é a versão resumida do artigo encaminhado para o periódico *Marx Agora*, de Havana, e resulta de pesquisa realizada com o apoio do CNPq.

¹ Jack London. *O tacão de ferro* (São Paulo, Boitempo, 2003). O livro foi traduzido em diversas línguas e, em 1937, Leon Trotski o enalteceu em longo comentário que se encontra publicado no posfácio da edição brasileira.

² O livro foi publicado antes dos clássicos de Rudolf Hilferding, *O capital financeiro* (São Paulo, Nova Cultural, [1910] 1985), e de Vladimir Lenin, “O imperialismo, fase superior do capitalismo”, em *Obras escolhidas I* (Moscou/Lisboa, Progresso/Avante, [1916] 1977, v. 1).

capital não tinha limites, e os grandes proprietários se convertiam em servidores do capital que acreditavam dominar.

Eis o desafio de Lenin: a avassaladora avalanche dos monopólios destroçava o movimento operário, convertia seus intelectuais mais próximos e cindia os partidos revolucionários, cuja ala socialdemocrata admitia doravante ser possível (e desejável) a convivência pacífica com o capitalismo. A II Internacional fora derrotada, a Guerra Mundial devastava o mundo, consolidava monopólios e dizimava massas populares. A catástrofe parecia duradoura.

Constatar a tragédia social era insuficiente. Lenin identificaria uma nova configuração do capitalismo, expondo as gigantescas contradições entre uma classe operária crescentemente mundial e as novas formas econômicas e políticas do grande capital. Se eram evidentes as contradições intercapitalistas e ainda não imediatamente perceptíveis as formas de resistência e luta dos trabalhadores, nessa nova configuração residia seu cerne: as modificações resultantes da expansão imperialista aprofundavam a exploração internacional da mais-valia e induziam o apassivamento dos trabalhadores, mas agudizavam as contradições. As burguesias dos países imperialistas procuravam cooptar organizações operárias, isolando-as dos demais trabalhadores e das demais nações, de cuja exploração se tornariam cúmplices.

Lenin recusou fatalismos. O apodrecimento social em curso não significava o enfraquecimento do capitalismo nem o fim de lutas operárias nos próprios países imperialistas. A luta de classes se nutria da compreensão do processo real, e este não era agradável. Era preciso evidenciar as contradições que fermentavam.

O opúsculo “O imperialismo, fase superior do capitalismo” expõe uma análise histórica e teórica rigorosa, conquanto não aborde todos os aspectos que gostaria: Lenin lastimou não se deter “sobre o aspecto não econômico como ele merecia”³. Todavia, distanciou-se do economicismo e do “economês” ao apontar as relações sociais que pareciam submergir sob o peso das imensas corporações monopólicas, da guerra e da adesão ao *status quo* de parte dos dirigentes sindicais e políticos que representavam os trabalhadores. Assinala a separação

³ Ibidem, p. 586.

da “propriedade do capital de sua aplicação à produção” com a crescente distância entre “o rentista, que só vive da renda que retira do capital-dinheiro, do industrial, assim como de todos os que participam diretamente da gestão dos capitais”, cuja função primordial seguia sendo a de extrair mais-valor⁴. A *mudança de escala da produção capitalista* modificava a composição da própria burguesia. Os economistas apresentavam como “descentralização” administrativa uma enorme centralização do capital, que transformava “milhares de empresas dispersas num único organismo capitalista nacional e, em seguida, mundial”⁵.

O caráter universal do capital não reduzia – ao contrário, acirrava – suas contradições. A concentração monopólica impunha amplo esquadrinhamento do planeta, com a utilização em nova escala da ciência, politicamente traduzida em conquista colonial. O imperialismo expressava uma efetiva revolução capitalista no capitalismo; as transformações sociais que induzia não eram fictícias, mas reais⁶.

Sem perder de vista o foco central, Lenin abordou a forma política dos primórdios do imperialismo. Há um século, aquela fase do capitalismo expressava-se politicamente por meio de três fatores:

1. a concentração do poder monopólico e o aprofundamento da intimidade das frações mais poderosas da burguesia com o Estado;
2. a crescente luta pela inversão dos excedentes mediante as guerras de colonização, com o controle político direto (colonização) ou indireto (países formalmente independentes, semicoloniais); e
3. a segregação dos trabalhadores de diferentes nações, pela acomodação de sua camada superior nos países imperialistas, originando uma aristocracia operária inclinada a apoiar a expansão dos capitais “nacionais”. Aprofundavam-se as divisões internas no operariado dos países imperialistas, dessolidarizando-o com relação aos demais trabalhadores⁷.

⁴ Ibidem, p. 619.

⁵ Ibidem, p. 600.

⁶ “Na Europa, pode-se fixar com bastante exatidão o momento em que o novo capitalismo substituiu *definitivamente* o antigo: o início do século XX”. Ibidem, p. 590.

⁷ O recrudescimento dos racismos e dos eurocentrismos diversos, de porte e alcance elásticos, seria uma de suas conseqüências.

A exportação de capitais alterava celeremente os países subordinados e erigia barreiras políticas e sociais contra a socialização *política* da força de trabalho: um nacionalismo xenofóbico negava as demais nações; vernizes democráticos para segmentos de trabalhadores em países centrais se traduziam em guerras coloniais ou interimperialistas, nas quais os trabalhadores seriam as maiores vítimas.

Não há otimismo no livro de Lenin, mas sim procura do processo real, identificando os pontos nevrálgicos da cadeia imperialista. Estes, aliás, pautariam as mais importantes lutas sociais do século XX. Pouco depois, greves e paralisações intensificaram-se, culminando em 1917 na Alemanha, na França, na Inglaterra e na Itália. Cresciam as deserções de soldados e marinheiros. Na França, 54 divisões hastearam bandeiras vermelhas e ameaçaram marchar sobre Paris. Na Itália, as deserções atingiram um quinto dos soldados⁸. Finalmente, a Revolução Russa constituiria a primeira manifestação da possibilidade histórica concreta de uma transformação revolucionária anticapitalista.

Nosso desafio é similar ao de Lenin quando redigia “O imperialismo...”. A experiência desses noventa anos deve nos ajudar a enfrentá-lo. Vivemos um enorme crescimento da exploração do trabalho, uma dupla violência (expropriações e criminalização da contestação), a desqualificação da política burguesa (que, cnicamente, alardeou o fim de qualquer transformação) e novas formas de apassivamento, com a desarticulação de organizações de trabalhadores e a sedução de intelectuais. Irrompem, porém, poderosas lutas sociais nos pólos mais frágeis da cadeia imperialista: mobilizações populares convertem a recusa ao neoliberalismo em possibilidade real de transformação social, como na Venezuela, na Bolívia e no Equador. Tais processos e mobilizações populares não podem – e não devem – nos levar a considerar rompido o cerco do capital.

O predomínio unilateral – sobretudo militar – dos Estados Unidos também não deve obscurecer as transformações em curso no âmbito dos processos de extração da mais-valia e da organização do capital no plano internacional. Devemos, pois, compreender *de que maneira* Lenin – e Marx – *enfrentaram o desafio*, pois não podem respondê-lo *por nós*.

⁸ João Bernardo, *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores* (São Paulo, Boitempo, 2000), p. 48.

A tensa fusão entre capital bancário e capital industrial modificou-se em seu processo de mundialização. O predomínio atual do capital sob forma monetária (o capital portador de juros, conforme a expressão de Marx, ou o capital financeiro, pela formulação de Lenin) produz escalas variadas de capital funcionante, cuja função social (do ponto de vista da reprodução do capital) é a extração do mais-valor⁹. Não se trata de mera subordinação ou de lutas intestinas entre duas formas de capital (industrial e bancário). Nessa escala de concentração, os proprietários de capital sob forma monetária precisam impor sua valorização por meio de uma produção de mais-valor intensa e acelerada, associando as mais diversas modalidades de sujeição dos trabalhadores, de maneira a liberar o capital de suas peias (o momento “M” do processo D-M-D’) e reconvertê-lo o mais rapidamente à sua forma monetária (enquanto lamentam o impossível mundo do puro D-D’). Tendem a converter o máximo de atividades em capital funcionante, atuando diretamente na extração de mais-valia, quaisquer que sejam seu porte e suas dimensões. O capital é produtivo na medida em que assegura *mais-valia*, quer seja nos setores chamados de industriais, agrários ou de serviços, quer seja em enormes corporações ou em empresas subcontratadas.

A dominação atual de massas concentradas de recursos sociais sob a forma dinheiro, por ser a forma mais elevada do capital e a mais distanciada da relação direta com os trabalhadores, converte o conjunto das atividades produtivas de mais-valia em capital funcionante, cuja disseminação internacional provoca (e explora) profundas diferenças sociais, com enorme diversificação dos graus e intensidades de extração de sobretrabalho e de mais-valia. Essa é a função das reestruturações produtivas. As fusões e concentrações mantiveram *controles centralizados do capital monetário* (espaço de concertação e embate entre proprietários concorrentes) sob variadas formas de controle, inclusive acionário. Ao mesmo tempo, pulverizam empresas, separando-as em setores concorrenciais, conectando-as mediante múltiplas subcontratações. Os processos de produção permanecem interligados, porém realizados em diferentes pontos do país ou do planeta, sob díspares modalidades contratuais, fragmentando o contato entre

⁹ Karl Marx, “O capital portador de juros”, em *O capital* (2. ed., São Paulo, Nova Cultural, 1985, livro III).

os trabalhadores. O desemprego abriu caminho para uma extensa série de expropriações, agudizando a concorrência entre trabalhadores (contidos nos espaços nacionais), facilitando a implantação de contratos de trabalho diferenciados (ou mesmo sua ausência), aprofundando a extração de mais-valia, nacional e internacionalmente. Este constitui um momento claramente coercitivo da expansão do capital monetário, embora se apresente como meramente “econômico”.

Não por acaso essa forma de exploração brutal do trabalho se apresenta como “libertação” do capital de suas bases “materiais” e encontra apologistas na *intelligentsia*, apregoando o fim do “econômico” e o domínio da vida “imaterial”. Ora, a base objetiva (substrato de toda a produção) do capital jamais residiu nas *coisas produzidas*, mas nas suas *relações* sociais específicas de produção, sob as quais os trabalhadores criam, produzem mercadorias destinadas a satisfazer “necessidades do estômago ou da fantasia”¹⁰. A base social do capitalismo impõe a permanente expropriação dos trabalhadores, transformados, geração após geração, em pura força mercantil, reduzidos a força de trabalho disponível para qualquer uso capitalista. Também não por acaso a nova expansão capitalista se apregoa como “libertadora” ao destroçar as formas de defesa social, jurídica ou familiar conquistadas pelos trabalhadores, apresentadas como laços “arcaicos”, “investimentos” de baixo retorno monetário, entraves à plena “liberdade”.

A produção converte-se em puro *tempo e taxa*: aquele deve ser o *menor* possível e esta (taxa de lucro e, portanto, de exploração), a *maior* possível. Para os trabalhadores, ao contrário, o tempo de trabalho ampliou-se enquanto sua participação no valor produzido reduziu-se.

As novas contradições intercapitalistas atuam *no interior do mesmo bloco do capital monetário*, e não mais entre capitalistas distintos. A realização hipotética de um D-D’, agora como antes, continua dependente da extração de mais-valia a ser realizada concretamente, por meio da atividade de seres sociais reais.

O gigantesco impulso a uma atroz concorrência entre os trabalhadores impôs também uma nova subjetividade: os “novos” trabalhadores devem converter-se em “pura mobilidade”, em “seres flexíveis”, “mó-

¹⁰ A mercadoria não passa de um “objeto externo, coisa, [que] por suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie (do estômago ou da fantasia)”. Ibidem, livro I, cap. I, p. 45.

veis”, com inúmeras “identidades” nas quais não mais se “aprisionariam” (ser classe trabalhadora é “arcaico”), disponíveis em tempo integral (desvincilhando-se das “burocracias” dos direitos sociais, do “privilégio” de jornadas de trabalho limitadas e de direitos), desprovidos de “entraves” (familiares, afetivos, políticos etc.). Impõe-se à própria militância uma matriz mercantil, com financiadores, projetos específicos e avaliações estimulando a competitividade e a eficácia, lastreada em cálculo econométrico.

Expande-se, porém, a socialização internacionalizada dos processos produtivos (de mais-valor) e a cooperação ampliada dos trabalhadores. Enquanto até anos recentes era necessário reunir os trabalhadores em unidades produtivas para assegurar sua cooperação no processo de trabalho, novas formas sociais (e novas tecnologias) foram implementadas e adaptadas *para assegurar a socialização do processo produtivo, rompendo-se a proximidade física entre os trabalhadores*, o que limitava a exploração, pela resistência dos trabalhadores. Os procedimentos meramente técnicos são, entretanto, insuficientes para neutralizar as possibilidades políticas trazidas por essa nova escala da socialização real.

Pelas dimensões deste artigo, abordarei apenas algumas das alterações na forma política do imperialismo atual. De forma similar à expansão da socialdemocracia como mediação adaptativa da força de trabalho às novas condições do trabalho vigentes no início do século XX, que admitia reivindicações corporativas de segmentos de trabalhadores (a aristocracia operária), instaura-se na atualidade uma nova mediação, tão internacionalizada quanto a concentração de capitais que lhe dá origem. Ela drenou elementos de práticas associativas ou filantrópicas, assimilou a competição internacional entre igrejas e seitas religiosas, reatualizando-as e modificando-as. As formas atuais da produção de consenso (e de educação para a nova hegemonia¹¹) conservam homologia com a antiga socialdemocracia, mas com diferenças significativas. Esta partia, ainda que retoricamente, de uma perspectiva socializante. Nutria-se da organização sindical dos trabalhadores, gerando permanente tensão para o capital. A nova mediação abandona resolutamente qualquer traço socializante e adota um capitalismo “social” como parâmetro para a produção de uma sociabilidade adequada ao capital monetário.

¹¹ Ver Lúcia Maria Wanderley Neves, *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso* (São Paulo, Xamã, 2006).

Resumidamente, a nova mediação consiste na *conversão mercantil-filantrópica das práticas intelectuais (acadêmicas) e de lideranças sociais*. Originou-se da introdução de remuneração privada para atividades intelectuais exercidas em âmbito público e de financiamentos para “projetos social-filantrópicos”. Assegurava, em contexto de crise social, ganhos adicionais para alguns intelectuais e militantes. Resultaria numa conversão intelectual ao “capitalismo da inteligência”, rebaixando a crítica social à denúncia da pobreza, condizente com a atuação filantrópica. As classes sociais desapareciam do horizonte. Difundia-se um militantismo pragmático, voltado para situações pontuais e emergenciais e nutrido por recursos “doados” pelo capital monetário. Finalmente, difunde-se a ideologia do empresariamento por meio da *venda de projetos*, também com o apoio de entidades ou de fundações empresariais, nacionais e internacionais. Essa mediação, uma requentada “Terceira Via”, se generaliza por práticas como a *responsabilidade social empresarial*¹².

Voltemos a Lenin. Nesse contexto, acirra-se a luta de classes, que atravessa o conjunto da vida social, sob o predomínio de um imperialismo tardio. A Revolução Russa foi o primeiro dos movimentos revolucionários – a expansão mundial desse capitalismo monetário prenuncia muitos outros.

¹² André Silva Martins, *Burguesia e a nova sociabilidade: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo*. Tese de doutorado (Niterói, Programa de Pós-Graduação em Educação – UFF, 2007).